



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10880.937819/2011-81  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 1401-005.228 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 10 de fevereiro de 2021  
**Recorrente** MWORKS COMUNICACAO LTDA.  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)**

Ano-calendário: 2003

DIREITO CREDITÓRIO. COMPENSAÇÃO. LIQUIDEZ E CERTEZA. SALDO NEGATIVO DE. RETENÇÕES NA FONTE.

O reconhecimento do direito creditório condiciona-se à demonstração da liquidez e certeza do crédito. Confirmando-se a totalidade das retenções na fonte que compuseram o saldo negativo, tem-se por reconhecer o crédito na íntegra.

RETENÇÃO NA FONTE. AGÊNCIA DE PROPAGANDA. PROVA. ERRO FORMAL.

É de se reconhecer o crédito decorrente de saldo negativo no caso de a contribuinte, que exerce a atividade de agência de propaganda, comprovar os recolhimentos do IRRF e o cumprimento dos deveres instrumentais. O mero erro formal no preenchimento da DCOMP não faz óbice, por si só, ao aproveitamento do crédito.

MEIOS DE PROVA. SÚMULAS Nº 143, CARF.

A prova do imposto de renda retido na fonte deduzido pelo beneficiário na apuração do imposto de renda devido não se faz exclusivamente por meio do comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora dos rendimentos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para reconhecer o crédito de R\$18.503,66, relativo ao saldo negativo de IRPJ do 3º trimestre de 2003, e homologar as compensações realizadas até o limite do valor reconhecido.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente

(documento assinado digitalmente)

André Severo Chaves - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cláudio de Andrade Camerano, Daniel Ribeiro Silva, Carlos André Soares Nogueira, Luciana Yoshihara Arcângelo Zanin, Itamar Artur Magalhães Alves Ruga, Letícia Domingues Costa Braga, André Severo Chaves e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão de n.º 15-44.915 da 3ª Turma da DRJ/SDR, que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pela ora Recorrente.

No caso em exame, a contribuinte transmitiu a PER/DCOMP n.º 20349.62231.141106.1.7.02-7602 (e-Fls. 02 a 06) originária do crédito, em que pleiteou crédito de saldo negativo de IRPJ do 3º trimestre de 2003, no valor original de R\$ 18.503,66.

A unidade de origem, ao emitir o Despacho Decisório (e-Fl. 07), informou que o crédito pleiteado corresponde aos valores declarados em DIPJ, entretanto, não confirmou as retenções na fonte informadas na composição do SN. É o que se observa nas informações complementares da análise do crédito:

### Análise das Parcelas de Crédito

#### Imposto de Renda Retido na Fonte

##### Parcelas Confirmadas Parcialmente ou Não Confirmadas

| CNPJ da Fonte Pagadora | Código de Receita | Valor PER/DCOMP | Valor Confirmado | Valor Não Confirmado | Justificativa                    |
|------------------------|-------------------|-----------------|------------------|----------------------|----------------------------------|
| 04.690.161/0001-05     | 8045              | 31.690,01       | 0,00             | 31.690,01            | Retenção na fonte não comprovada |
| Total                  |                   | 31.690,01       | 0,00             | 31.690,01            |                                  |

Total Confirmado de Imposto de Renda Retido na Fonte: R\$ 0,00

Por conseguinte, a DRF não homologou a compensação declarada, vez que como a contribuinte apurou IRPJ a pagar no valor de R\$ 13.186,35, e as retenções acima não foram confirmadas, não se restou saldo negativo.

A Interessada fora intimada do Despacho Decisório e apresentou Manifestação de Inconformidade. Transcreve-se a síntese das alegações da contribuinte, formulada pela DRJ:

“argumentando em síntese a origem do saldo negativo apurado na DIPJ para o trimestre é exclusivamente de imposto de renda retido na fonte, e que os registros contábeis através de lançamentos no Livro Razão demonstram a existência dessa retenção. Refere que, para agências de publicidade, a legislação dispõe que a receita é apurada segundo o regime de competência e o recolhimento do imposto com base no fato gerador, que se efetua pelo regime de caixa. Com isso é possível que a receita integre um exercício e o imposto sobre ela retido, outro, sem prejuízo da retenção como sendo uma antecipação do devido. Refere ainda recolhidos os valores sob o código 8045, apresentando

demonstrativo e Darf correspondentes. Bem como que o montante considerado não comprovado foi contabilizado e reconhecido no Razão Geral, conforme lançamento que junta aos autos. Reafirma conformidade com a legislação tributária, relativamente à dedução do imposto retido no 3º trimestre de 2003, informado na DIPJ do exercício e contabilizado sob o regime de caixa. Diz ainda não haver que se falar em aplicação de juros de atualização monetária, posto que a declaração foi transmitida dentro do prazo alusivo ao vencimento das obrigações tributárias correspondentes. Considera que os documentos juntados, bem como a análise nas contas do Razão, se mostram suficientes à comprovação do pagamento efetuado a título de Imposto de Renda Retido na Fonte — código 8045, gerando crédito suficiente para acolher a compensação pleiteada. Requer por isso que a decisão administrativa seja reformada com a homologação do crédito tributário requerido nas declarações de compensação (fls.12/18).”

### Ao julgar o caso, a DRJ destacou as seguintes razões

“Não é cabível, nesta instância de julgamento, qualquer consideração relacionada ao resultado apresentado pela contribuinte no encerramento do período, por não se tratar de autoridade lançadora. No contexto da presente lide, cabe considerar, tão somente, a análise individualizada das parcelas de composição do crédito para verificação do saldo negativo apurado, o que será feito a seguir.

A contribuinte invoca peculiaridades da legislação aplicáveis às agências de publicidade e propaganda. De fato, para as sociedades empresárias desse ramo, de modo *sui generis*, a legislação tributária estipula que o recolhimento do imposto retido seja efetuado pela própria prestadora do serviço, e informado em seguida ao seu cliente, que o declarará à Receita Federal. Assim, na hipótese especial do IRRF sob o código 8045, incidente sobre rendimentos decorrentes da atividade de propaganda e publicidade e assemelhados, cabe à prestadora dos serviços (agência de propaganda e publicidade) recolher o imposto, cabendo também a ela o direito de compensar o IRRF recolhido com o IRPJ devido ao final do período de apuração, conforme disposições expressas no art. 651, inciso II, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, e no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 123, de 20 de novembro de 1992, igualmente invocadas pela manifestante.

Constata-se que a interessada incorreu em erro, ao informar o seu próprio CNPJ como fonte pagadora no demonstrativo de crédito da Dcomp referente ao IRRF, sem se dar conta de que apenas lhe cabia o recolhimento dos valores de IRRF. Não individualizou, dessa forma, as fontes pagadoras que lhe tomaram serviços (sob o código 8045), os valores que lhe foram pagos por tais serviços, nem o IRRF referente a cada um dos tomadores. Limitou-se a informar no PER/DCOMP o valor de R\$ 31.690,01 como total de IRPJ retido na fonte no trimestre em análise, identificando a si própria, frise-se, como fonte pagadora dos rendimentos por ela mesma recebidos (fl.4).

Ainda que na manifestação de inconformidade tenha elaborado demonstrativo e anexado cópias dos Darf correspondentes, atestando os respectivos recolhimentos de IRRF, estas informações não são suficientes ao reconhecimento do crédito pleiteado. O documento hábil para esse fim é o comprovante de retenção fornecido pela fonte pagadora. A esse respeito dispõe o Decreto nº 3.000, de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999), tendo por matriz legal o § 4º do art. 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996:

(...)

A manifestação de inconformidade não foi instruída com os comprovantes de retenção do imposto de renda emitidos pelas fontes pagadoras, como exigido na legislação para confirmação das retenções de imposto que a contribuinte alega ter em seu favor no período. A ausência dos comprovantes anuais de retenção na fonte não pode ser suprida sequer pelo banco de dados da Receita Federal, posto que não identificadas as fontes pagadoras pela interessada.

E os lançamentos contábeis do Razão Geral (fls.111/112 e 119/129 não têm o condão de comprovar a efetiva retenção do IRRF pelas fontes pagadoras. A exigência é expressa na legislação quanto a que somente o comprovante de retenção emitido pela fonte pagadora é o documento hábil para esse fim. A escrituração contábil não faz prova a favor da interessada, se desacompanhada da documentação hábil que lhe tenha dado suporte, nos termos do art. 923 do RIR/1999, invertendo-se o ônus da prova quando a lei atribua ao contribuinte provar os fatos registrados em sua escrituração (no caso, pela exigência específica da apresentação do informe de rendimentos):

(...)

Ante o exposto, voto pela improcedência da manifestação de inconformidade, para que não se reconheça qualquer direito creditório, não merecendo reforma a decisão exarada no despacho decisório contestado quanto à não homologação da compensação declarada.”

Cientificada da decisão de primeira instância em 21/09/2018 (Aviso de Recebimento à e-Fl. 202), inconformada, a contribuinte apresentou Recurso Voluntário (e-Fls. 205 a 218) em 19/10/2018.

Em sede de Recurso Voluntário, a contribuinte alega:

“7. Conforme seu Contrato Social (Doc. 01), a **Recorrente** é pessoa jurídica atuante no ramo de publicidade, estando sujeita à incidência do IRRF, à alíquota de 1,5%, sobre as receitas derivadas de sua atividade principal, nos termos do artigo 651, II do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99):

*“Art. 651. Estão sujeitas à incidência do imposto na fonte, à alíquota de um e meio por cento, as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas (Lei nº 7.450, de 1985, art. 53, Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, art. 8º, e Lei nº 9.064, de 1995, art. 6º):*

(. . .)

*II – por serviços de propaganda e publicidade.”*

8. Referida incidência dá-se sob a modalidade da chamada “**autorretenção**”, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 123, de 20.11.1992, em que a própria agência, beneficiária da remuneração pelos serviços de publicidade, encarrega-se de calcular e recolher o IRRF, cujo tratamento é de antecipação do Imposto de Renda devido ao final do período de apuração – no caso da **Recorrente**, o trimestral.

12. Mas – note-se – o contribuinte do imposto, como a **Recorrente**, é aquele obrigado ao adimplemento da **obrigação tributária principal**, como se infere da própria redação do artigo 121 do CTN. Vale dizer, aquele que guardar a “relação pessoal e direta” com a hipótese de incidência do tributo tem o compromisso, imposto por lei, de extinguir o crédito tributário dela derivado.

13. **E foi exatamente o que fez a Recorrente.** Com efeito, dos pagamentos recebidos de seus clientes pelos serviços de publicidade e propaganda prestados, providenciou a competente liquidação do crédito tributário gerado, conforme determinado pelo artigo 53 da Lei nº 7.450/85 – base legal do artigo 651 do RIR/99 – e pela sistemática regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 123/92.

14. E a **Recorrente** fez a absoluta questão de demonstrar o escrupuloso cumprimento de sua obrigação, anexando à Manifestação de Inconformidade apresentada originalmente **todos** os comprovantes de recolhimento, quais sejam, as guias de pagamento (DARFs) relativas ao código 8045 (fls. 113 a 118 dos autos), cujo total, no 3º trimestre do ano-calendário de 2003, perfaz os **R\$ 31.690,01**, cuja inclusão na composição do saldo negativo daquele período ora se pleiteia.

16. Adicionalmente, e como forma de dirimir quaisquer dúvidas que porventura remanesçam sobre a lisura do procedimento da **Recorrente**, evidencia esta a origem dos valores que deram origem ao IR calculado e pago sob a sistemática da autorretenção, na forma dos razões das contas de Clientes (Doc. 05) e de Receitas (Doc. 06), bem como do mapa de faturamento, discriminado por cliente (Doc. 07).

17. Dessa forma, conclui-se que a **Recorrente** possuía (e possui) o inequívoco direito a utilizar todos os valores decorrentes do código 8045 informados na DIPJ, os quais foram devidamente recolhidos e utilizados na composição do saldo negativo de IRPJ, tendo em vista haver arcado com o respectivo ônus tributário.

(...)

21. Ainda que os clientes, eventualmente, possam não ter cumprido a obrigação acessória que lhes incumbia – qual seja, a de incluir o rendimento e o imposto informados pela **Recorrente** em suas respectivas DIRFs –, tal fato não pode, de maneira alguma, interferir no direito da **Recorrente** de aproveitar o crédito gerado pelo recolhimento antecipado do tributo, na forma prevista em lei, na medida em que este restou cabalmente comprovado.

(...)

#### IV – DO PEDIDO

31. Por todo o exposto, requer a Recorrente digne-se esta E. Turma dar provimento ao presente Recurso, reformando a r. decisão fiscal e anulando a exigência fiscal ora discutida.

32. Alternativamente, caso V. Sas. entendam não ser cabível o exame e validação do saldo credor por este E. Conselho, requer a Recorrente seja determinada, ao menos, a devolução dos autos à D. Delegacia da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo, para que, munida das informações adicionais aqui fornecidas, possa pronunciar-se sobre a validade e integridade do saldo credor aqui alegado.(...)”

É o relatório.

## Voto

Conselheiro André Severo Chaves, Relator.

Ao compulsar os autos, verifico que o presente Recurso Voluntário é tempestivo, e atende aos requisitos de admissibilidade do Processo Administrativo Fiscal, previstos no Decreto nº 70.235/72. Razão, pela qual, dele conheço.

Tem-se que a controvérsia gira basicamente sobre a confirmação de retenções na fonte de IR que foram que informadas na composição do saldo negativo de IRPJ do 3º Trimestre de 2003.

Como bem definido pela DRJ, a situação em voga trata-se de um regime “*sui generis*”, em que a legislação tributária estabelece que a prestadora de serviços é a própria responsável tributária pelo pagamento do IRRF de receitas advindas de suas tomadoras.

Entretanto, entende-se que tal situação, de fato, pode gerar uma dúvida razoável em como informar o crédito na PER/DCOMP. Isto porque, sob esta sistemática, é a própria contribuinte quem realiza o recolhimento dos DARF’s sob o código 8045, que inclusive foram emitidos com o seu CNPJ.

Dessa forma, tenho por superar este equívoco da contribuinte, com supedâneo no Princípio da Verdade Material, por entender que se trata de um mero erro formal.

Passa-se, portanto, para a análise da materialidade do crédito.

Nota-se no acórdão “*a quo*”, que a DRJ ignorou a documentação apresentada pela contribuinte, por entender que o único documento hábil para a comprovação da retenção seria o informe de rendimentos emitido pela fonte pagadora.

Contudo, quanto a esta matéria, o CARF já sumulou entendimento no sentido de que a comprovação das retenções pode se dar por outros meios de prova:

**Súmula CARF n.º 143**

A prova do imposto de renda retido na fonte deduzido pelo beneficiário na apuração do imposto de renda devido não se faz exclusivamente por meio do comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora dos rendimentos.

Pelas particularidades do caso em exame, em que a própria prestadora de serviços é quem recolhe as retenções, entendo que a prova ainda é mais fácil de ser produzida.

Isto porque, o próprio recolhimento dos DARF’s, no meu entendimento, já demonstra não só a existência das retenções, mas ainda o seu efetivo pagamento.

No caso em exame, constata-se que a contribuinte colacionou aos autos todos os DARF’s (e-Fls. 113 a 118) recolhidos no período, o que confere exatamente com os valores informados na DCOMP e na ficha 12A da DIPJ, conforme a seguir relacionados (e-Fls. 110):

Sports Momentum Ltda  
CNPJ: 04.690.161/0001-05  
Imposto Renda Fonte recolhidos no 3º trim/2003

|            |          |
|------------|----------|
| Darfs Cód: |          |
| 8045       | 7.941,18 |
|            | 3.328,21 |
|            | 3.205,83 |
|            | 137,06   |
|            | 3.125,46 |
|            | 399,34   |
|            | 900,00   |
|            | 3.189,70 |
|            | 62,18    |
|            | 182,75   |
|            | 846,26   |
|            | 8.372,04 |

Total **31.690,01**

doc 07

Ainda, corroborando-se o alegado, a contribuinte ainda apresentou escrituração contábil, por meio dos livros Razão (e-Fls. 111 e 112), em que corrobora a existência do crédito, conforme recortes a seguir:

| Razão Geral                             |           | Data : 04/08/2011 - Pág. 1       |           |           |  |
|---|-----------|----------------------------------|-----------|-----------|--|
| BR19 - Sports Momentum Ltda             |           | Período: 01/07/2003 a 30/09/2003 |           |           |  |
| Data Lançamento                         | Nº Cheque | Tipo docto                       | Nº Docto  | Valor     | Histórico do lançamento                          |
| Conta : 120000 - I.Renda s/ publicidade |           |                                  |           |           |  |
| 01.07.2003                              |           | 90                               | 100000553 | 7.941,18  | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 22 A 28/06/03        |
| 15.07.2003                              |           | 90                               | 100000624 | 3.328,21  | REF. RECOLH. IR PERIODO 06/07/2003 A 12/07/2003  |
| 21.07.2003                              |           | 90                               | 100000646 | 3.205,83  | REF. RECOLH. IR PERIODO 13/07/2003 A 19/07/2003  |
| 21.07.2003                              |           | ZZ                               | 100000647 | 3.205,83  | ESTORNO DO DOCUMENTO 010000646 DATA 21.07.2003   |
| 21.07.2003                              |           | 90                               | 100000648 | 3.205,83  | REF. RECOLH. IR PERIODO 13/07/2003 A 19/07/2003  |
| 29.07.2003                              |           | 90                               | 100000693 | 137,06    | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 20 A 26/07/03        |
| Saldo do mes                            |           |                                  |           | 14.612,28 |  |
| Saldo anterior                          |           |                                  |           | 0,00      |  |
| Saldo Atual                             |           |                                  |           | 14.612,28 |  |
| 06.08.2003                              |           | SA                               | 100000759 | 0,00      | DOCTS.DO CONTA RAZÃO IR S/ PUBLICIDADE COMO REF. |
| 13.08.2003                              |           | 90                               | 100000801 | 399,34    | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 03.08 A 09.08.03     |
| 19.08.2003                              |           | 90                               | 100000832 | 900,00    | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 10.08 A 16.08.03     |
| 26.08.2003                              |           | 90                               | 100000891 | 3.189,70  | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 17.08 A 23.08.03     |
| Saldo do mes                            |           |                                  |           | 7.614,50  |  |
| Saldo anterior                          |           |                                  |           | 14.612,28 |  |
| Saldo Atual                             |           |                                  |           | 22.226,78 |  |
| 02.09.2003                              |           | 90                               | 100000965 | 62,18     | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 24 A 30/08/03        |
| 09.09.2003                              |           | 90                               | 100001010 | 182,75    | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 28/08 A 06/09/03     |
| 16.09.2003                              |           | 90                               | 100001047 | 846,26    | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 07 A 13/09/03        |
| 23.09.2003                              |           | 90                               | 100001075 | 8.372,04  | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 14 A 20/09/03        |
| 30.09.2003                              |           | SA                               | 100001165 | 31.690,01 | TRANF IR FONTE A RECUPERAR NO 3º TRIM/2003       |
| Saldo do mes                            |           |                                  |           | 22.226,78 |  |
| Saldo anterior                          |           |                                  |           | 22.226,78 |  |
| Saldo Atual                             |           |                                  |           | 0,00      |  |

SP SAO PAULO DERAT  
Conta do Razão 120000 I.Renda s/ publicidade  
Empresa BR19

| Sr | Cliente          | Nº doc    | DIV | Spd        | Data doc | Mont em R\$ | Cond | Compens   | Texto  |
|----|------------------|-----------|-----|------------|----------|-------------|------|-----------|--|
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000646 | 90  | 21.07.2003 | 40       | 3.205,83    | BRL  | 100000647 | ref. recolh. ir periodo 13/07/2003 a 19/07/2003  |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000647 | ZZ  | 21.07.2003 | 50       | 3.205,83    | BRL  | 100000647 | ESTORNO DO DOCUMENTO 010000646 DATA 21.07.2003   |
|    | 20030806         | 100000759 | SA  | 06.08.2003 | 40       | 0,00        | BRL  | 100000759 | DOCTS.DO CONTA RAZÃO IR S/ PUBLICIDADE COMO REF. |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000553 | 90  | 01.07.2003 | 40       | 7.941,18    | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 22 A 28/06/03        |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000624 | 90  | 15.07.2003 | 40       | 3.328,21    | BRL  | 100001464 | ref. recolh. ir periodo 06/07/2003 a 12/07/2003  |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000646 | 90  | 21.07.2003 | 40       | 3.205,83    | BRL  | 100001464 | Ref. recolh. ir periodo 13/07/2003 a 19/07/2003  |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000647 | 90  | 29.07.2003 | 40       | 137,06      | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 20 A 26/07/03        |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000747 | 90  | 06.08.2003 | 40       | 3.125,46    | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 27/07 A 02/08/03     |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000801 | 90  | 13.08.2003 | 40       | 399,34      | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 03.08 A 09.08.03     |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000832 | 90  | 19.08.2003 | 40       | 900,00      | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 10.08 A 16.08.03     |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000891 | 90  | 26.08.2003 | 40       | 3.189,70    | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 17.08 A 23.08.03     |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100000965 | 90  | 02.09.2003 | 40       | 62,18       | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 24 A 30/08/03        |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100001010 | 90  | 09.09.2003 | 40       | 182,75      | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 28/08 A 06/09/03     |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100001047 | 90  | 16.09.2003 | 40       | 846,26      | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 07 A 13/09/03        |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100001075 | 90  | 23.09.2003 | 40       | 8.372,04    | BRL  | 100001464 | REF A PAGTO IRRF PERIODO DE 14 A 20/09/03        |
|    | 9999999-DIVERSOS | 100001165 | SA  | 30.09.2003 | 50       | 31.690,01   | BRL  | 100001464 | TRANF IR FONTE A RECUPERAR NO 3º TRIM/2003       |
| *  |                  |           |     |            |          | 0,00        | BRL  |           |  |
| ** | Conta 120000     |           |     |            |          | 0,00        | BRL  |           |  |

Assim sendo, entendo por confirmar a totalidade das retenções no valor de R\$ 31.690,01 e, por consequência, reconhecer o crédito de saldo negativo pleiteado na quantia R\$ 18.503,66, por atender aos requisitos de liquidez e certeza, previstos no Art. 170, CTN.

**Conclusão**

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer do Recurso Voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer o crédito de R\$18.503,66, relativo ao saldo negativo de IRPJ do 3º trimestre de 2003, e homologar as compensações realizadas até o limite do valor reconhecido.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

André Severo Chaves